

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR
PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXX E
TERRITÓRIOS**

**PACIENTE DENUNCIADO POR HOMICÍDIO
QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA COM
BASE NA GRAVIDADE EM CONCRETO E NO
RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. FATO
OCORRIDO EM 19/10/15 E PRISÃO
OCORRIDA EM OUTUBRO/2017. PACIENTE
TRABALHADOR (CTPS ANEXA). FATO
ANTIGO. PASSAGENS PELA JUSTIÇA
ANTIGAS (FLS. 127/156). PACIENTE QUE
COLOBOROU COM A INVESTIGAÇÃO (FL.
117). DESNECESSIDADE DA PRISÃO
CAUTELAR. NECESSIDADE DE
INTERVENÇÃO DESSE TRIBUNAL.**

Processo nº XXXXXXXX (Vara Criminal e Tribunal do Júri de XXXXXX)

Fulano de tal, DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL,
vem, com fulcro nos artigos 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, e 627
e seguintes do Código de Processo Penal, impetrar **HABEAS CORPUS COM
PEDIDO DE LIMINAR**, em favor de Fulano de tal, indicando como
autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal e Tribunal do Júri de XXX, que,
nos autos em epígrafe, decretou a prisão preventiva do paciente (fls. 35/36v),
pelas razões expostas em anexo.

XXXX, XX de XXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Defensor Público

Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Colenda Turma

Eminente Desembargador Relator

O paciente foi preso em razão de decisão proferida pelo Juízo da Vara Criminal e Tribunal do Júri de XXXXXXXX, com fundamento, em síntese, na gravidade em concreto do fato, no risco de reiteração criminosa e no risco de inviabilização de cumprimento da lei penal (fl. 158v). Constou o seguinte na decisão impetrada:

“(…)

No que se refere à autoria, aferem-se indícios suficientes, notadamente pela confissão do indiciado na Delegacia (fls. 116/118) e das declarações de duas testemunhas que o reconheceram por meio de fotografia (fls. 37/50).

Em relação aos demais requisitos para a prisão preventiva, dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal, é possível se aferir que o delito se mostra concretamente grave, tratando-se de homicídio duplamente qualificado, cometido em plena luz do dia, por motivo fútil e de forma cruel. Verifica-se que o indiciado atingiu a vítima com pelo menos (quinze) golpes de faca, inclusive provocando evisceração.

Além disso, está configurada reiteração criminosa, tratando-se de indiciado que já foi condenado três vezes, duas por crime contra o patrimônio e a outra por porte ilegal de arma. Ao cometer o delito sob exame, estava em pleno cumprimento de pena, no regime domiciliar, o que indica sem dúvida alguma a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, em razão do proceder recalcitrante do indiciado.

Ressalte-se, ainda, que há processo de execução de pena que aguarda cumprimento no estado da XXX, indicativo que a liberdade de Fulano de tal inviabiliza o cumprimento da lei penal (...)"

Inicialmente, vale registrar que o fato pelo qual o denunciado foi denunciado foi **praticado no dia XX de XXXX de XXXX (fl. 2), ou seja, há XXX anos atrás.**

De lá pra cá, não houve notícia de que o paciente voltou a delinquir.

Nesse passo, vale conferir a folha de antecedentes penais do paciente (fls. 127/156).

Assim, apesar da gravidade e reprovabilidade do fato por que responde o paciente, não há risco para a ordem pública na sua liberdade.

De outro lado, **o paciente é pessoa trabalhadora, conforme demonstra sua carteira de trabalho com diversas anotações de vínculo de emprego** na área da culinária. A propósito, sua prisão interrompeu o trabalho que vinha realizando no restaurante EMPRESA XXX (CTPS anexa).

Ainda, conforme depoimento prestado às fls. 116/118, em XX/X/XXXX, **o paciente colaborou com a Justiça**, inclusive com a apresentação de confissão do fato por que responde, circunstância que demonstra, ao lado das demais, que não há a demonstração de risco para a

aplicação da lei penal, diferentemente do que consignado na decisão impetrada.

Vale ainda registrar que, embora tenha confessado na delegacia os fatos, o paciente registrou que a vítima era traficante da região e que passou a persegui-lo (fl. 117).

A prisão do paciente tem ampla repercussão em sua vida, não somente quanto ao seu encaminhamento ao ambiente promíscuo do cárcere, mas quanto à interrupção do seu trabalho em prejuízo do sustento da família (fl. 214).

Com todas as vênias ao juízo impetrado, não há a demonstração da presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Civil, especialmente aqueles registrados na decisão impetrada, quais sejam, o risco de reiteração criminosa e o risco ao cumprimento da lei penal.

Quanto à gravidade em concreta do fato, como já registrado, apesar de sua existência, vale repetir que o fato é antigo (ocorrido há dois anos) e desde então não houve reiteração criminosa, o paciente é trabalhador (CTPS anexa) e colabora com a Justiça (fls. 116/118).

O Egrégio Tribunal de Justiça em caso análogo assim já decidiu quanto à desnecessidade da decretação da prisão cautelar:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PACIENTE QUE CONDUZ PISTOLEIRO AO LOCAL DO CRIME PARA DISPARAR TIROS DE REVÓLVER CONTRA A VÍTIMA E DEPOIS LHE PROPICIA A FUGA. **PRISÃO PREVENTIVA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUASE TRÊS ANOS DO FATO. REQUERIMENTO EXCLUSIVO DO MINISTÉRIO**

PÚBLICO. **FALTA DE EVIDÊNCIAS CONCRETAS DA PERICULOSIDADE DO RÉU.** LIBERDADE PROVISÓRIA CLAUSULADA. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.

1 Paciente acusado de infringir o artigo 121, § 2º, incisos I e IV, combinado com o artigo 29, do Código Penal, por contribuir para a execução de homicídio, ao conduzir pistoleiro ao local do crime e lhe assegurar a fuga, depois de disparar tiros letais contra a vítima visada.

2 O paciente responde livre ao inquérito policial há quase três anos sem intercorrências, tendo atendido regularmente às intimações da autoridade policial. A simples existência de testemunhas sigilosas não basta para justificar a constrição, se não há nenhuma menção de que tivessem sido ameaçadas pelo paciente. Em suma, não há evidências concretas e atuais de que a sua liberdade colocará em risco a ordem pública ou a instrução processual, de sorte que se mostra adequada apenas a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

3 Ordem concedida em parte para autorizar a liberdade provisória clausulada.

Ante o exposto, requer seja concedida a ordem liminarmente, para colocar o paciente em liberdade até o julgamento final deste pedido, tendo em vista que ausentes os requisitos para sua privação de liberdade.

Requer, ainda, à minguia de fundamentação concreta e dos requisitos da prisão cautelar, o deferimento final da ordem pleiteada, para que seja revogada a r. decisão que decretou a prisão preventiva de **Fulano de tal**.

XXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Defensor Público